

AINDA, NARRATIVAS DE JORGE AMADO

Márcia Rios

A ampla cobertura dada pela mídia à morte do escritor Jorge Amado, ocorrida em agosto de 2001, é sintomática de uma recepção que extrapolou o campo da literatura. Os jornais, revistas, rádios e TVs divulgaram o fato e sua repercussão, não só no Brasil como no exterior, o que levou um público numeroso de brasileiros a se voltar para o acontecimento.

As notícias produzidas, que vieram testemunhar uma larga recepção de público, configuraram-se como narrativas biográficas, com estrutura aberta, semelhante à do romance, uma vez que vários fatos e informações ligados ao escritor, somados aos depoimentos de pessoas de diferentes campos de atuação, iam sendo agregados ao “fato em si”, a morte. Essa moldagem midiática nos faz evocar Roland Barthes, em sua análise da estrutura dos *fait divers*. Na imprensa, enquanto os fatos que envolvem celebridades do mundo artístico, literário ou político são considerados como informação, aqueles que tratam de pessoas anônimas constituem-se em notícia – em *fait divers*.

O primeiro tipo possui similaridade com o romance, por ser extenso e estruturalmente aberto. De acordo com Barthes, os fatos pertinentes “ao que se poderia chamar de ‘gestos’ de estrelas ou de personalidades nunca são *fait divers*, porque implicam, precisamente, uma estrutura de episódios” (Barthes, 1982, p. 58). O segundo tipo organiza-se como conto, por ser fechado – nada lhe é exterior – e marcado pela brevidade. Os *fait divers*, ainda que abordem um assunto inusitado, trágico ou

imprevisível, possuem uma curta extensão, uma vez que seus protagonistas são desconhecidos. Com isso, ocupam um espaço restrito do jornal, muitas vezes a página policial, e não ultrapassam o dia em que foram noticiados, esgotando-se instantaneamente.

Coincidentemente, quando do mês da morte do escritor, bastante explorada pelos meios de comunicação de massa – estratégia típica quando se trata de acontecimentos ligados a celebridades –, a Rede Globo de Televisão veiculava a novela “Porto dos Milagres”, uma adaptação livre de suas obras *Mar Morto* (1936) e *A descoberta da América pelos turcos* (1994). Alvo de críticas por parte de alguns leitores e críticos especializados, devido à “descaracterização” dos dois romances, tal adaptação é uma dentre muitas ao longo da carreira do escritor e intelectual Jorge Amado.

Já no ano de 1940, o romance *Mar Morto* fora adaptado como novela de rádio, na Rádio Nacional do Rio de Janeiro. Seguiram-se outras adaptações, relevantes também para a formação do público de Jorge Amado, quando o rádio era o maior meio de comunicação de massa no país: em 1941, “Mar Morto”, pela Rádio El Mundo, de Buenos Aires; em 1945, as peças radiofônicas “Mar Morto” e “Terras do sem Fim”; em 1946, “Jubiabá” e “São Jorge dos Ilhéus”, todas pela Rádio São Paulo. No ano de 1950, a Radiodiffusion Française de Paris transmite “Terras do sem fim” e em 1951 é a vez de “O cavaleiro da Esperança”, em Praga, produções decorrentes das relações de Jorge Amado com o Partido Comunista no exterior, o que contribuiu para sua recepção pelo público estrangeiro, particularmente na Europa.

Em 1948, é a vez de *Terras do Sem Fim* no cinema, com o título de “Terras violentas”, uma produção da companhia cinematográfica Atlântida. Em 1957, essa narrativa tem sua versão para a história em quadrinhos, publicada na “Coleção Maravilhosa”, pela Editora Brasil-América¹. Em 1966, a extinta TV Tupi transmitiria a novela, realizada a partir de tal romance. O número de adaptações foi crescendo vertiginosamente, para o cinema e, sobretudo, para a televisão². A partir dos anos 70, a Rede Globo começa a investir em telenovelas, garantindo a consolidação e consagração do gênero, com o intuito de ampliar seu público espectador, além de fazer da sua teledramaturgia um produto de exportação.

Valendo-se do prestígio do romancista, pela ampla recepção de suas publicações, a Globo exhibe, em 1975, a novela “Gabriela”, adaptada por Walter George Durst e dirigida por Walter Avancini, um trabalho que trouxe para a rede uma audiência extraordinária, ao atrair um público para uma produção que começava a se delinear na emissora. Nessa década, as sucessivas adaptações constituíram-se em um marco

diferenciador na história da recepção de Jorge Amado por ampliarem significativamente a vendagem de seus livros³ e por difundir a sua figura de mediador cultural, exposta, cada vez mais, na mídia – fato comprovado pelas milhares de cartas enviadas por fãs e leitores anônimos a partir dos anos 70. A cada novela realizada a partir de suas narrativas, eram contabilizados milhões de exemplares vendidos. Esse efeito multiplicador de leituras não nos pode precisar outras leituras feitas via empréstimos de livros, quer por bibliotecas particulares, quer por bibliotecas públicas.

A divulgação da morte do escritor desencadeou uma série de manifestações em sua homenagem, oriundas de segmentos sociais diversos, inclusive do campo instituído do poder. Ao funeral, compareceram seus admiradores anônimos, representantes dos governos federal e estadual, personalidades do mundo político – tanto da direita quanto da esquerda –, alguns artistas e escritores, tendo o Presidente da República decretado luto oficial por três dias no país. Aberto à visitação pública, o velório ocorreu no Salão Nobre do Palácio da Aclamação, antiga sede do governo da Bahia. A Academia Brasileira de Letras prestou-lhe homenagem em sua “Sessão da Saudade” e, segundo a diretora da Fundação Casa de Jorge Amado, a escritora Myriam Fraga, o número de visitas diárias à instituição duplicou (passando de 150, em média, a 300). (*Folha de S. Paulo*, 08/08/2001)

Dentre as diversas saudações, o noticiário nacional destacou as reverências religiosas de vários credos. Tais manifestações, assinaladas pela mídia como um ato de sincretismo, refletem os “frutos” da forte ligação do escritor com as culturas africanas e afro-baiana, e da sua defesa, quando deputado na Constituinte de 1946, do culto africano no Brasil e da liberdade religiosa. Por isso ainda, o luto chegou aos terreiros de candomblé, a exemplo do Ilê Axé Apo Afonjá, de Mãe Stella de Oxóssi, que suspendeu os trabalhos por três dias para o culto ao morto. O velório fora marcado pela serenidade, frustrando de certo modo a mídia, que chamou a atenção para a ausência de muitos “ilustres” e para o fato de ter comparecido um público aquém do esperado.

As livrarias do país expuseram em suas vitrines os inúmeros títulos das obras de Jorge Amado, ao mesmo tempo em que aumentava a procura por tais livros. A livraria virtual norte-americana **amazon.com** aumentou as vendas dos romances do escritor, após o anúncio da morte, as quais se confirmaram pelos inúmeros acessos ao seu site. Dentre os mais vendidos, encontram-se *Dona Flor e seus dois maridos* e *Gabriela cravo e canela* (*Folha de S. Paulo*, 08/08/2001). É curioso ressaltar ainda que, nas salas de bate-papo da Internet, alguns internautas homenagearam o escritor com “nicks” de personagens femininas de suas narrativas.

O leque diversificado de homenagens reflete as crenças, alianças, compromissos e comprometimentos diferenciados que marcaram a carreira do escritor baiano. Em sua longa trajetória intelectual e literária, Jorge Amado articulou mediações diversas em seu trânsito e diálogo com o Partido Comunista, nos meios de comunicação de massa – sobretudo a mídia televisiva – nas instâncias legitimadoras do campo literário, no “mundo oficial” da política, entre editores e mercado editorial, representações diplomáticas estrangeiras e organismos empresariais⁴.

Tais relações, nas quais se flagram interesses, posturas ideológicas e demandas distintas, expõem a dimensão da literatura de Jorge Amado. Com ele, tal prática torna-se um fato cultural amplo, por não ter se fechado numa visão idealizada de arte. Ao promover o diálogo da literatura com outras práticas ou instituições culturais, Jorge Amado liberta-se da visão hegemônica de literatura construída pela modernidade, que reivindicava o estético como o campo exclusivo do valor da arte.

Ao contrário, com o escritor baiano a literatura se deixa contaminar por outras práticas sociais, meios e linguagens diversas e até mesmo aquelas consideradas desqualificadas. O numeroso público que conhece suas obras através da TV é uma demonstração exemplar disso. Vale trazer aqui, para alargar a discussão, alguns registros da mídia quando da morte do escritor. O *Jornal do Brasil* assim destaca a presença de um grupo de estudantes secundaristas ao funeral:

No grupo de estudantes uniformizados que passaram pelo Palácio da Aclamação, era difícil encontrar quem tivesse lido um único título do autor que todos estavam ali para homenagear. ‘Eu tenho muito orgulho de tê-lo como baiano e de ser baiana’, discursou Kátia Alves, 19 anos, aluna do Colégio Estadual da Bahia Central, segurando um cartaz de cartolina em que sua turma saudava Jorge Amado. ‘Mas não tenho tempo para ler, estou vendo a obra dele pela novela’. Ela se referia a *Porto dos Milagres*, que tem uma vaga inspiração em *Mar Morto* e *A descoberta da América pelos turcos*. (*Jornal do Brasil*, 08/08/2001, p. 7)

Ao dar visibilidade ao fato de ter sido difícil encontrar em tal grupo “quem tivesse lido um único título do autor que todos estavam ali para homenagear”, o jornal contribui para restaurar hierarquias, atribuindo à literatura um valor maior do que o da mídia televisiva. Ao minimizar a importância da declaração da jovem estudante – “Mas não tenho tempo para ler, estou vendo a obra dele pela novela” –, endossa-se uma visão elitizada sobre leitura e letramento, tidos, ainda, pela tradição humanista, como instância superior no acesso ao conhecimento.

Reivindica-se aí o valor “intrínseco” da literatura, condenando-a quando aliada a estratégias estranhas ao campo literário. Tal postura pode ser comprovada na afirmação de que a novela *Porto dos Milagres* “tem uma vaga inspiração em *Mar Morto* e *A descoberta da América pelos turcos*”. Demarca-se nessa fala a relevância da cultura letrada, ignorando, assim, o papel e a importância da cultura oral para um país que, por questões históricas, não tem uma tradição de leitura.

Avesso também à cultura de massa mostra-se o *ombudsman* da *Folha de S. Paulo*, Bernardo Ajzenberg, ao condenar este veículo – que fizera um caderno especial de “louvação” a Jorge Amado – por não ter preparado “um produto mais denso” para o leitor. Em tal suplemento, a *Folha* cedera, conforme o ouvidor, apenas “algumas linhas” à escritora Rachel de Queiroz, que “introduzira Amado no comunismo, ainda jovem”, reservando um espaço maior para Paulo Coelho. Numa foto com Jorge Amado, estampada numa página do jornal, o autor de *O alquimista* é apontado em uma das matérias “como o único escritor brasileiro que alcançou fama internacional semelhante à de Jorge Amado”. Para Bernardo Ajzenberg, tal escolha reflete uma “opção pela valorização do mercado, daquilo que vende”, pois a “única real aproximação entre as duas figuras está na quantidade de livros vendidos”⁵. Nesse raciocínio, a comparação não tem validade por se ter como referência apenas o indicador de vendas. Sem dúvida o veredito tem fundamento, mas o que usualmente se requer, da literatura, é que tal fato seja omitido.

Em contrapartida, no *Jornal do Brasil*, em matéria intitulada “O Brasil amado por Jorge”, expõem-se duas outras ordens de ressalvas ao autor e sua obra:

Ao se filiar ao Partido Comunista, pelo qual foi eleito deputado na Constituinte de 1946, o escritor comprometeu a sua arte. Tornou-se um dócil propagandista da máquina do Kremlin, mais preocupado em justificar os crimes de Stalin e em fazer hagiografia de Luiz Carlos Prestes do que em fazer boa literatura.(...)

Ao abandonar o PCB, no fim dos anos 50, Jorge Amado havia se transformado. Mais e mais, seus romances afundaram no pitoresco, na macumba-para-turista, na obscenidade untuosa e no esquematismo populista. É esse o Jorge Amado do qual se apropriou a máquina mercante da indústria cultural, em filmes e minisséries que moeram a sua rebeldia em troca das bilheterias polpudas e audiências formidáveis.⁶

Acusando Jorge Amado de ter sido um “dócil propagandista da máquina do Kremlin”, quando da militância política, e de ter se rendido à “máquina mercante da indústria cultural” – cujas produções “moeram sua rebeldia” –, o *Jornal do Brasil* igno-

ra uma trajetória literária que se fez por alianças e compromissos sintonizados com contextos políticos e culturais diferentes. No começo da carreira, Jorge Amado já se revelara um intelectual voltado para questões candentes da história do país, vindo a comungar, já no início dos anos 30, com o pensamento de uma esquerda que via no projeto político do Partido Comunista a saída para resolver os problemas econômicos e sociais do Brasil. Naquele período, a função social da arte estivera presente nos debates promovidos pelos modernistas, e Jorge Amado, movido por um sentimento de renovação comum aos intelectuais da época, faz da sua literatura um instrumento de propagação de ideais socializantes.

Para o articulista do *Jornal do Brasil*, a “boa literatura” não deve servir a causas políticas e, menos ainda, a projetos político-partidários. Por isso, minimiza a importância da biografia de Prestes – e as circunstâncias sob as quais fora feita –, ao lhe rotular, ironicamente, de hagiografia, ou seja, biografia de santo. Com tal postura, ignora-se também a relevância de Luiz Carlos Prestes para aquele momento político do país.

Também em seu caderno especial, mantendo o “tom” da primeira página, o *Jornal do Brasil* publica uma matéria intitulada “Os pecados políticos de Jorge”, cujo subtítulo afirma quais teriam sido os pecados do escritor: não reviu “seu passado stalinista e acabou apoiando Antônio Carlos Magalhães”. Em tal reportagem, rebaixa-se também a produção literária do romancista na fase em que adere “à linha oficial stalinista”: “Veteranos da esquerda, como o ex-dirigente do PC e mais tarde militante trotskista Hermínio Saccheta, acusaram Jorge de usar sua ficção para distorcer fatos sobre as lutas internas do partido”. A matéria prossegue, reiterando o fato de Jorge Amado não ter corrigido seus erros, o que levou alguns leitores a escreverem ao *Jornal do Brasil*, para a seção de cartas, questionando essa avaliação político-literária.

O *Jornal do Brasil* revela sua estreiteza por não considerar a especificidade das relações do escritor com o momento político, quando militava pelo Partido Comunista. Merece aqui ser transcrita uma das cartas, enviada por Zola Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes:

Será que o *Jornal do Brasil* desconhece a importância da União Soviética durante a Segunda Guerra Mundial? Mais de 20 milhões de soviéticos morreram na luta contra o fascismo. Será que o *JB* desconhece a participação do PCB na luta pela redemocratização do Brasil também nos anos 40? Meu pai, Luiz Carlos Prestes, e Jorge Amado estavam juntos, exatamente nessa época, movidos pelo mesmo ideal. Jorge Amado, desde então e até hoje, é o escritor brasileiro mais traduzido, publicado e querido do povo russo. O

que vale mais: o amor do grande escritor pelo Brasil ou uma opinião de um comunista ressentido sobre sua obra? Não entendi e acho lamentável a posição do *JB* no texto de despedida a Jorge Amado.⁷

Zola Prestes questiona o posicionamento desse veículo de comunicação, que desprezara a importância dos fatos históricos ocorridos, o papel da União Soviética em sua luta contra o fascismo, bem como a atuação do PCB quando do processo de redemocratização do país, na década de 40. A fim de reparar a tentativa de anular a relevância do envolvimento político do escritor e de Prestes, a autora da carta chama atenção para o ideal que movera intelectuais de esquerda – “o amor do grande escritor pelo Brasil” – e para o fato de Jorge Amado ser o escritor brasileiro “mais traduzido, publicado e querido do povo russo”.

Tal reconhecimento lhe dera o noticiário internacional. No exterior, onde também conquistara um número expressivo de leitores e admiradores, o romancista fora a grande referência da esquerda latino-americana. Suas inúmeras viagens a países estrangeiros – muitas vezes representando o Partido Comunista nos encontros internacionais – e o tempo de exílio propiciaram-lhe firmar relações significativas com intelectuais, artistas e escritores. Quando de sua morte, diversos jornais da Europa, Estados Unidos e América Latina dedicaram-lhe algumas páginas, como o *Le Monde*, que registrou o acontecimento em sua chamada principal. Destacam-se, no noticiário internacional, depoimentos de personalidades ilustres, a exemplo do presidente da França, Jacques Chirac, do ministro da educação desse país, Jack Lang, de Mário Vargas Llosa, escritor peruano, dentre outros representantes estrangeiros da cultura e das letras.

Quanto à acusação de que o romancista tenha se rendido à indústria cultural, mais uma vez o *Jornal do Brasil* expõe sua estreiteza. Na esteira do historiador e crítico literário Alfredo Bosi, e de boa parte da crítica especializada, o autor da matéria condena a opção estética de Jorge Amado, no fim dos anos 50, ao afirmar que seus romances “afundaram no pitoresco, na macumba-para-turista, na obscenidade untuosa e no esquematismo populista”. Ainda que uma visão etnocêntrica permeie tais representações nas narrativas, não se pode negar que essas práticas desqualificadas pela cultura hegemônica ganham aí visibilidade, numa voltagem bakhtiniana, ao se afirmarem os valores da cultura popular. Ignoram-se as transformações sociais decorrentes da expansão dos meios de comunicação de massa, sobretudo a partir dos anos 70, quando, no Brasil, a televisão entra em cadeia nacional.

Ao permitir que suas obras migrassem para a mídia televisiva, pelos lucros que esta lhe traria, sem dúvida, o escritor mostrou-se atento a um contexto em que os produtores culturais vão apropriar-se de obras que lhes garantam aprovação do público. A sua inserção na mídia pode ainda ser explicada pelo fato de Jorge Amado ter abraçado a literatura como atividade principal, vindo a saber lidar, por isso mesmo, com as regras do mercado editorial, as quais resultam, sobretudo, da aceitação do público leitor. Não pode, portanto, parecer estranho – para um autor que marcara seu êxito de recepção não-especializada já em 1958, com a publicação de *Gabriela, cravo e canela* – que o próprio Jorge Amado também faça uso dessa estratégia de aproximação com o público.

Ainda naquelas narrativas da mídia, prevalece a imagem institucionalizada e midiática do romancista baiano. Tiveram destaque as homenagens, condecorações, adaptações de obras literárias, prêmios nacionais e internacionais, além das relações do escritor com grandes personalidades – não só do campo das letras bem como da esfera política. A maioria dos jornais elencou a numerosa lista de livros publicados para dar visibilidade ao fato de ser o escritor brasileiro o homem de letras mais lido no Brasil e no mundo e sublinhar seu “sucesso comercial”, fazendo-se referências a número de publicações, traduções e tiragens de venda.

Deu-se relevo também à “grandeza de Jorge Amado” e ao seu considerável papel de representante da “cultura brasileira”, tanto no Brasil quanto no exterior. De muitos desses textos, que trazem às vezes frases feitas, emerge uma visão mítica hiperbolizada: “morre uma lenda”, “ilustre escritor”, “gênio da literatura”, “um dos maiores escritores da língua portuguesa”, “o que melhor interpretou a sua terra e sua gente”⁸. Atravessam, ainda, no conjunto de matérias, laivos ufanistas, ao se atribuir a Jorge Amado a condição de alto representante da nossa pátria, da nossa cultura, o motivo de orgulho para a nação brasileira e, particularmente, para a Bahia – por divulgar, ou reforçar, talvez até inaugurar o imaginário da ‘baianidade’ no país e também no exterior⁹.

Com efeitos inegáveis para a política do turismo do Estado da Bahia, a baianidade criada por Jorge Amado emerge, enquanto narrativa mítica, como uma construção, numa moldura semelhante à pensada por Etienne Balibar (1988, p. 117-143), em sua análise da formação dos Estados nacionais modernos. Segundo o autor francês, com a nacionalização das formações sociais, as populações são submetidas a um processo designado de etnicidade fictícia – uma comunidade instituída pelo Estado nacional, uma construção discursiva que, para manter-se coesa, precisa ser naturalizada. Não

se deve, entretanto, concebê-la simplesmente como uma abstração inócua, uma vez que produz efeitos históricos surpreendentes. A etnicidade torna-se fundamental à nação, por exercer o controle sobre os indivíduos; assim sendo, apela-se para o sentimento de pertencimento à nação, o qual se manifesta através da língua e da raça. Associadas, elas produzem a noção de povo como uma unidade absolutamente autônoma, apagando, desse modo, os conflitos de classe e de raça, bem como as diferenças sociais e lingüísticas.

A nação baiana criada e também representada por Jorge Amado surge como uma configuração que anula as tensões sociais. Fazendo parte dela, o povo baiano, outra construção, exerce constantemente sua cordialidade, num sentido que se pode depreender em Sérgio Buarque de Hollanda. O autor de *Raízes do Brasil* afirma que, na formação histórica e social do país, o brasileiro se personificou como o “homem cordial” – e é atuante ainda – ao agir e se comportar movido pelo sentimento, pelo “coração”, resistindo às regras impostas, sob a forma de leis, pelas instituições do Estado.

Nas narrativas de Jorge Amado, o povo baiano é um exemplar dessa cordialidade, por demonstrar, no dizer de Sérgio Buarque de Hollanda, a “lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade” (Hollanda, 1995, p. 146) – sua abertura para o outro, para a diversidade cultural, imagens que surtem efeitos no imaginário brasileiro. Nesse figurino, a Bahia se torna o lugar do ócio e das relações harmoniosas. É percebida como um espaço onde se pode gastar o tempo, que é medido não pela precisão dos ponteiros do relógio, o tempo da racionalidade a guiar os negócios, mas pela alternância do sol e da lua. Essa narrativa constitui um exemplo de tantas outras tecidas não só pelo escritor como também por um público de admiradores e leitores.

Em sua extensa trajetória, Jorge Amado fora alvo de diferenciadas narrativas, as quais passaram, sob forma de documento, a fazer parte de seu acervo pessoal, arquivadas na Fundação Casa de Jorge Amado, uma instituição idealizada por ele. Para a construção desse espaço, o romancista contou com parcerias de organismos empresariais e instituições públicas, com o apoio do então governador Antônio Carlos Magalhães e do presidente José Sarney.

Em *Uma casa de palavras*, Myriam Fraga relata o processo e as etapas da criação de um centro que se tornaria, acima de tudo, o lugar de preservação da memória do intelectual e escritor e ponto de referência para a cultura baiana, como desejara seu criador. À inauguração dessa Casa, ocorrida no dia 7 de março de 1987, estiveram presentes o “povo” da Bahia, o Presidente da República, “autoridades de diversas

pastas, embaixadores, políticos, intelectuais e amigos do casal Amado” (Fraga, 1997, p. 47).

Ao preservar o controle da instituição, desde sua idealização, Jorge Amado se reveste da condição de guardião do arquivo, conforme se flagra em seu discurso de inauguração:

Quanto a esta Casa de Jorge Amado, o que desejo é que ela não seja um museu, museu é coisa de mortos e eu estou vivo, grávido de novos personagens na recriação da humanidade brasileira e baiana, como venho fazendo há 50 anos. Desejo que esta Fundação seja um centro de estudos da literatura brasileira, em especial da literatura baiana. (Fraga, 1997, p. 36)

Segundo Eneida Leal Cunha, tal instituição pode ser lida “como uma peculiar construção autobiográfica”, e o escritor,

ao descartar a idéia do museu – vulnerável ao itinerário dos passos que o visitam e sempre passível de ter seu acervo organizado, revitalizado através de novas e fortuitas narrativas –, nos diz claramente contra o que se fez a Casa, sob sua supervisão – seu olho próximo e sua regência firme: uma ação sua contra a morte, não aquela que traz o esquecimento, mas a que faz cessar o poder da enunciação de si próprio.¹⁰

Ao examinar a Fundação Casa de Jorge Amado pela clave de leitura de Jacques Derrida – pela psicanálise freudiana – acerca da constituição dos arquivos, a autora afirma que, ao tomar para si a supervisão daquela Casa, o romancista assumira o papel de arconte, de guardião do arquivo. Assim, “os cuidados e controles do acesso aos documentos do acervo da Fundação (...) não estão em grande dissonância com os aspectos constituintes dos arquivos, na nossa tradição letrada e ocidental (...)”¹¹. Ainda, na constituição dessa casa, da Fundação Casa de Jorge Amado, os domínios do público e do privado perdem sua demarcação.

Em termos derridianos, o papel de arconte é reservado a quem detém o comando do arquivo, espaço que se torna, num jogo ambivalente, lugar de esquecimento e memória, sem encerrar-se no passado; ao contrário, reconstrói-se no presente, num contínuo devir. Os arquivos nasceram na antiga Grécia com o processo de domiciliação dos cidadãos que ocupavam o poder político, os magistrados, marcando, assim, “a passagem institucional do privado ao público”¹². A palavra arquivo guarda a “memória do nome *arkhê*”, afirma Derrida, o qual “designa ao mesmo tempo o *começo* e o

comando” e sua constituição se faz no “cruzamento do topológico e do nomológico”, isto é, do lugar e da lei, do suporte e da autoridade. Esse poder arcôntico do arquivo atrai ainda o poder de consignação, definido pelo pensador como “o ato de *consignar reunindo os signos*”.

Arquivada encontra-se, na Fundação Casa de Jorge Amado, sob sua consignação, uma série de documentos, após catalogação feita pela Divisão de Pesquisa e Documentação da instituição. Esse volumoso acervo abrange cerca de 40 mil documentos (A Tarde, 07/08/2001) do escritor Jorge Amado ou sobre ele escritos: correspondências, fotografias, caricaturas, matérias de jornais, teses, ensaios, artigos, vídeos, catálogos e gravuras, a coleção das obras completas do escritor e alguns exemplares de obras traduzidas.

Tais documentos vêm confirmar uma recepção de público marcada por dois momentos, como se evidenciou nas repercussões midiáticas da sua morte: o primeiro, pela ligação com o Partido Comunista, define-se a partir da atuação do escritor na militância política; o segundo, na década de 70, deve-se a uma aproximação vigorosa com a mídia televisiva, quando se acentua o caráter difuso da recepção do autor de *Gabriela, cravo e canela*. Este último momento passa a se configurar como um aspecto novo na história da literatura brasileira, merecendo um estudo que avalie a atividade literária para além de uma perspectiva estética.¹³ No trânsito com a cultura midiática, a literatura produzida por Jorge Amado vem romper com uma forte tradição, no Brasil e na América Latina, onde se concebe, ainda, a prática literária como uma atividade culta e de elite, a serviço, também, de propósitos didáticos e pedagógicos.

Contra a concepção de literatura fechada no próprio texto, na sua imanência, vem se posicionando contemporaneamente um segmento expressivo de pesquisadores – de diferentes centros acadêmicos universitários, tanto em países ditos centrais como em países ditos periféricos – optando-se por uma prática de leitura designada genericamente como Estudos Culturais. Tal conjunto de investimentos analíticos ou método, que não chegam a constituir disciplina, abandona uma visão intrínseca de arte e literatura para deslindar a constituição e funcionamento de tais práticas – tidas como práticas culturais também – e seu trânsito com outras linguagens ou saberes desqualificados por uma visão hegemônica de cultura.

John Beverley, da University Pittsburg, na clave dos Estudos Culturais norteamericanos, descarta a já sedimentada idéia de uma literatura universal – posto que hoje se fala “de ‘literaturas’ em condições históricas e socialmente específicas de pro-

dução e recepção” (Beverley, 1994-5, p. 12) –, vindo a propor “uma negação do literário que permita a formas não literárias de prática cultural deslocarem” a hegemonia do literário, particularmente na América Latina, que, desde o início da colonização, viu transplantar-se, ao mesmo tempo em que “o cristianismo, a varíola e o sistema de *encomiendas* de trabalhos forçados”, a instituição da literatura – sob a forma dos ensinamentos dos Humanistas (Beverley, 1994-5, p. 13). Tal fato delegara à literatura um papel ambíguo: o de ser uma instituição de dominação colonial e, paralelamente, de desenvolver uma “cultura crioula autônoma” e, posteriormente, uma cultura nacional.

Em toda sua história, portanto, os escritores latino-americanos atribuíram à literatura “uma *supervalorização* social e historicamente determinada de sua importância e função” (Beverley, 1994-5, p. 14), o que resultou na centralidade da atividade literária. Tal centralidade guiou a política cultural da esquerda latino-americana, no século XX, segundo Beverley, a qual posicionara a literatura “como o discurso crucialmente formador da possibilidade e da identidade latino-americanas”. De acordo com Beverley, tal pressuposto desencadeia resistências à infiltração da cultura produzida pelos meios de comunicação de massa, vinda dos Estados Unidos, nos países periféricos, precisamente, na América Latina. Por priorizarem a função de entretenimento, as produções daquela cultura se chocam com os valores e interesses de quem defende a hegemonia do literário. A expansão da mídia de massa forçou uma quebra de fronteiras, pondo em diálogo e em tensão práticas culturais diferenciadas: quer sejam as legitimadas – e promotoras de distinção –, quer sejam as desqualificadas, tidas como refugos, saberes e falas menores.

A perda de hegemonia do literário instiga um estudo das produções laterais vindas dessa atividade, tomando-as como textos que contribuem para uma compreensão alargada da literatura, que passa agora a ser concebida como um fato cultural amplo. Neste ângulo, os documentos que compõem o acervo de um escritor, sejam eles tidos como literários ou não-literários, merecem uma atenção dos estudos de literatura, para que se desloquem as hierarquias, postas como estratégia de preservação de valores de uma elite cultural. Os admiradores anônimos de Jorge Amado, em seu último adeus ao escritor baiano, comprovam tal afirmação.



NOTAS

- 1 Fazem parte ainda dessa coleção “São Jorge dos Ilhéus” (1958), “Mar Morto” (1960) e “Gabriela, cravo e canela” (1961).
- 2 Na década de 60, a TV Tupi já havia produzido “Gabriela, cravo e canela” (1961), bem como “Terras do Sem Fim” (1966) e a “A morte e a morte de Quincas Berro d’Água” (1968). A partir de 70, muitas outras produções foram lançadas na TV: “Gabriela”, em 1975; em 1978, como seriado curto, o “Caso Especial” “A morte e a morte de Quincas Berro d’Água”; entre 1981/82, “Terras do Sem Fim”, todas pela Rede Globo. Entre 1989/90, é a vez de “Tieta”. Entre 1995/96, a Rede Manchete produz a novela “Tocaia Grande”. Nas minisséries, destacam-se “Tenda dos Milagres”, de 1985, “Tereza Batista”, de 1992, e, em 1998, “Dona Flor e seus dois maridos”, todas pela Globo. Em 1989, a Rede Bandeirantes transmite “Capitães da Areia”. Não se pode ignorar ainda o peso das adaptações para o cinema. Embora não tenham atraído um público tão numeroso quanto o de suas novelas – à exceção de *Dona Flor e seus dois maridos*, cuja produção levou 12 milhões de pessoas ao cinema –, os filmes realizados a partir de suas obras contribuíram para firmar a força da literatura amadiana, não só no âmbito nacional como também internacionalmente.
- 3 Em sua 74ª edição, pela Editora Record, no ano de 1992 a tiragem do romance *Gabriela, cravo e canela* estava na casa de 2 milhões de exemplares. Cf. *Folha de S. Paulo*, Caderno Especial em homenagem a Jorge Amado, em 07 de agosto de 2001. As informações acerca das adaptações para o rádio, o cinema, a TV e histórias em quadrinhos foram colhidas nesse mesmo jornal.
- 4 A importância dessas mediações enquanto aspectos da institucionalização e mercantilização da cultura e da literatura é avaliada por Eneida Leal Cunha em A ‘Casa Jorge Amado’, apresentado no seminário *A invenção do arquivo*. Promovido pelo Centro de Estudos Literários (CEL/UFMG) e Coleção Archives (UNESCO). Belo Horizonte, set/2000. No prelo (cópia cedida pela autora, via correio eletrônico).
- 5 Cf. a seção do *ombudsman*, no jornal de 12/08/2001.
- 6 Cf. primeira página do *Jornal do Brasil*, de 07/08/2001. O JB produziu duas matérias acerca das adaptações, comentando o fracasso delas no cinema e seu êxito na TV.
- 7 Cf. a referida seção no jornal de 08 de agosto de 2001.
- 8 Cf. diferentes matérias do jornal *A Tarde e Correio da Bahia* na cobertura da morte de Jorge Amado.
- 9 Em seu Caderno Especial, dedicado ao escritor, a *Folha de S. Paulo* traz uma reportagem intitulada “Obra celebra a cidade de Salvador”, publicando ao lado um mapa da “Salvador de Jorge Amado”, situando os bairros/logradouros nos quais se passaram suas histórias – Pelourinho, Mercado Modelo, Hotel Palace (Rua Chile) –, bem como o bairro do Rio Vermelho, onde morou o escritor, e o da Ribeira, no qual ele gostava de passear, além dos bairros de Itapuã e de Brotas, locais de residência de grandes amigos do romancista. São retratos e imagens congelados no tempo, sem dar conta da dinâmica social da cidade.
- 10 Cf. Eneida Leal CUNHA. A ‘Casa Jorge Amado’.
- 11 *Id.*, op. cit., p. 7.
- 12 Segundo Derrida, o conceito de arquivo “abriga em si mesmo esta memória do nome *arkhê*. Mas também se conserva *ao abrigo* desta memória que ele abriga: é o mesmo que dizer que a esquece”. O vocábulo remete, ainda, ao *arkhê* no sentido *físico, histórico ou ontológico*; isto é, ao originário, ao primeiro, ao principal, ao primitivo em suma, ao começo. “Porém, ainda mais, ou antes ainda, “arquivo” remete ao *arkhê* no sentido *nomológico*, ao *arkhê* do comando”. Em latim, o “sentido de ‘arquivo’, seu único sentido, vem para ele do *arkheion* grego: inicialmente uma casa, um domicílio, um endereço, a residência dos

magistrados superiores, os *arcontes*, aqueles que comandavam”. A casa dos magistrados era também o lugar em que eles moravam, “se de-moravam”, e onde se depositavam, afirma Derrida, os documentos oficiais, tornando-os, por isso, “os seus primeiros guardiões”. (Derrida, 2001, p. 12-3).

13 Esta questão é discutida na tese de Doutorado que defendi na Universidade Federal da Bahia, intitulada *O rumor das cartas*. Nela procedo a um estudo da recepção de Jorge Amado através das cartas de seus fãs e leitores anônimos.

BIBLIOGRAFIA

- BALIBAR, Etienne. La forme nation: histoire et ideologie. In: BALIBAR *et al.* *Nation, race et classes*, les identités ambigües. Paris: Découverte, 1988.
- BARTHES, Roland. Estrutura da notícia. In: *Crítica e verdade*. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- BEVERLEY, John. Por Lacan: da Literatura aos Estudos Culturais. *Travessia*; revista de literatura. Florianópolis: UFSC, ago.1994/jul.1995.
- DERRIDA, Jacques. *Mal de Arquivo*, uma impressão freudiana. Trad. Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.
- FRAGA, Myriam. *Uma casa de palavras*. Salvador: FCJA, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.



RIOS, Márcia. Ainda, narrativas de Jorge Amado. *Légua & meia: Revista de literatura e diversidade cultural*. Feira de Santana: UEFS, v. 3, nº 2, 2004, p. 72-85.

Márcia Rios é Professora de Teoria da Literatura da Universidade do Estado da Bahia. Graduada, Mestra e Doutora em Letras pela Universidade Federal da Bahia, com tese dedicada ao estudo do acervo Jorge Amado.